

A elite da guerra - comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873).

Miquéias Henrique Mugge.

Cita:

Miquéias Henrique Mugge (2013). *A elite da guerra - comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/322>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eMCw/CYd>

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 40

Título de la Mesa Temática: Las dinámicas relacionales del poder en la historia latinoamericana. Lazos, vínculos y redes sociales, ss. XVIII-XX

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Andrea Reguera, Miguel Angelo Silva da Costa, Leandro A. di Gresia

**A ELITE DA GUERRA – COMANDANTES SUPERIORES DA GUARDA
NACIONAL DO BRASIL MERIDIONAL: DINÂMICAS RELACIONAIS (1850-
1873)**

Miquéias H. Mugge

PPGHIS-UFRJ

miqueias@gmail.com

Miguel Tito de Sá nasceu em meados de junho de 1828, no Rio de Janeiro. Primogênito de José Maria de Sá e Josefa Maria Cunha, teve outros 13 irmãos. Casou-se, em 1837, com Maria Delfina de Freitas Miranda, em Rio Grande, na longínqua província de São Pedro, com quem teve oito filhos.

Seu pai, um português de Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, casou-se em Rio Grande, em 1826, com uma moça de 16 anos de idade. Todos os outros irmãos de Miguel também nasceram na Corte, demonstrando que houve uma migração ao centro político do Império, onde faleceram seus pais em 1855 e 1860.

A informação que mais nos interessa é a de que Miguel Tito de Sá retornou à terra onde seus pais casaram. Não sabemos em que data, tampouco seus objetivos; no entanto, lá constituiu família e casou algumas de suas filhas com eminentes líderes locais. Maria Francisca de Sá, sua primogênita, casou-se com Carlos Guilherme Rheingantz, um de seus sócios nos negócios têxteis. Josepha Maria, com James Darcy, gerente do *New-London and Brazilian Bank*, que funcionava em Rio Grande, e diretor da empresa de Miguel e Carlos. Noémia, por sua vez, casou-se com Luis Jacques de Freitas Vale, abolicionista, também conhecido como Barão de Ibirocaí.

A engenharia familiar de sua prole, como se pode perceber, foi fundamental para sua ascensão, mas dela também foi resultado. Homem respeitado localmente e dono, junto de Carlos Rheingantz, da maior empresa têxtil do Rio Grande do Sul à época, Tito de Sá era um homem de trânsito. Por ora, devemos informar ao leitor que ele era Coronel da Guarda Nacional, comandante superior de Rio Grande, a despeito de suas poucas habilidades guerreiras.

Nosso outro protagonista chamava-se Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, muito mais conhecido nacionalmente que Tito de Sá, cearense de Sobral (1809), Advogado (Faculdade de Olinda) cujos discípulos eram Eusébio de Queirós e José Tomás Nabuco de Araújo Filho. Político liberal, transitou entre as diversas esferas judiciais brasileiras, chegando a ser nomeado ao Supremo Tribunal de Justiça em 1873. Foi eleito em diversas legislaturas à Assembleia do Ceará e uma vez para a de Pernambuco. Em 1870 foi nomeado senador pelo Ceará. Foi presidente das províncias do Maranhão (1843) e do Rio Grande do Sul (outubro de 1871 a junho de 1872). Este último fato certamente uniu a trajetória dos dois protagonistas desta trama ainda em seus relances iniciais.¹

A Guarda Nacional do Império do Brasil, palco de expressão política de elites locais, foi criada em 1831, durante o Período Regencial. Instituição parida sob o jugo da

¹ Ver, sobre Figueira de Mello, o site do Supremo Tribunal Federal, que contém uma pequena biografia: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=312>. Sobre Miguel Tito de Sá: RHEINGANTZ, C. G.; FELIZARDO, J. G. *João Rodrigues da Silva e sua descendência*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1953.

política liberal, era invocada em momentos de defesa da ordem e garantia da segurança, com o intuito de defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do país. Organizada em todo território brasileiro, inicialmente ficou sob tutela municipal, dos juízes de paz e juízes criminais. Depois de 1850, foi transferida para o comando dos presidentes de província e mais atrelada ainda ao ministro da Justiça. Por vezes é considerada sustentáculo do trono constitucional (URICOECHEA, 1979).

Atuante mormente em processos que marcaram politicamente o Império do Brasil e suas províncias, especialmente a do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, as duas guerras externas do período, qual sejam, a Guerra Grande (contra Oribe e Rosas) e a Guerra do Paraguai, era comandada localmente por coronéis que não necessariamente haviam servido ao Exército ou à outra força armada imperial. A *milícia cidadã*, especialmente no ínterim entre 1850 e 1873, anos de marcada reorganização institucional do Império, em vistas de uma centralização, teve em seus postos mais altos localmente boa parte da elite municipal e/ou provincial.

Inicialmente, são marcos legislativos que tomam conta do nosso recorte temporal: enquanto que em 1850 promulgou-se a lei 602, de 19 de setembro, que dava nova organização à Guarda Nacional, em 1873, com o decreto 2.395, de 10 de setembro, a atuação da milícia era restringida às situações extraordinárias, como rebeliões internas e guerras externas. A reforma da Guarda Nacional, com a finalidade de hierarquizar a sociedade por meio de sua milícia, que, por sua vez, militarizava a própria sociedade, parece-nos aliada sobretudo às noções de ordem e de organização conservadoras, que vigoravam naquele tempo (MATTOS, 1987).

No extremo sul do Império, os processos que citamos aqui estão, sobretudo, acompanhados por questões relativas ao espaço platino no qual a região se inseria. O Rio Grande do Sul, além de fazer parte do Império do Brasil como a província mais meridional, também pertencia geográfica e historicamente à *cuenca del Plata*. As conjunturas de paz e guerra deste espaço faziam com que grande parcela do cotidiano de pessoas que ali moravam fosse tomada por preocupações e sentimentos relativos não só à construção do Estado brasileiro, mas também, com alguma ênfase, ao nascimento e consolidação das nações argentina e uruguaia (FERREIRA, 2006).² A instabilidade

² Podemos tomar aqui o conceito de fronteira, aquele que remete a, sobretudo, uma zona de encontro de áreas limítrofes e diversas sociedades que, no entanto, não seria um empecilho isolador, mas sim, que colocava populações e grupos sociais de diferentes estados nacionais e de origem étnica e sociocultural em contato permanente. Ver: RICCI, M. L. de S. R.; MEDRANO, L. I. Z. de. El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil sureño con el Estado Oriental del Uruguay: 1850-1880. In: *Anales del*

belicosa de cerca de um quarto de século de guerras faz-nos concordar com as ideias de que a estabilidade da vida cotidiana tenha sido uma exceção para os habitantes do antigo Continente de São Pedro.

Reintegrado ao Império em 1845, o Rio Grande do Sul voltou a ser uma das províncias do Brasil, que, apesar de periférica, era geopoliticamente importante. Manteve, é claro, suas identidades e seus particularismos característicos, mas integrado ao sistema político brasileiro. A partir de então, conservadores e liberais puseram à prova suas clientelas para ganhar as eleições e ocupar os principais cargos ministeriais e as bancadas da assembleia provincial e da câmara dos deputados. Sem embargo, não por isso se distanciaram dos conflitos instalados no Prata. As forças militares do Rio Grande do Sul, já em 1851, participaram ativamente, como parte do Exército Auxiliar, na derrota do líder uruguaio Oribe, e, em 1852, de Juan Manuel de Rosas (FERREIRA, 2006); além, é claro, da participação em grande número na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, entre 1865 e 1870, aportando fortes contingentes militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional (DORATIOTO, 2002; PINTO, 2006; FERTIG, 2010).

Portanto, não se pode pensar a política durante as décadas centrais do século XIX desconhecendo o papel desses homens que eram Comandantes Superiores da Guarda Nacional, que, muitas vezes, ocuparam um espaço fundamental no processo de construção do Estado nacional. Convertendo-se em administradores das malhas de poder em espaços locais, já que o Estado não havia logrado êxito no processo de fincar sólidas raízes para controlar as regiões fronteiriças e mantê-las sob influência direta (MÍGUEZ, 2010), os comandantes transformaram-se em figuras detentoras do poder através do clientelismo.³ Para Richard Graham, os Comandantes Superiores eram geralmente grandes proprietários de terras e escravos com títulos nobiliárquicos, e peças-chave nas articulações políticas das diferentes províncias (GRAHAM, 1997). O

VII Encuentro Nacional y V Regional de Historia. Montevideo, 1990; SOUZA, S. B. de. Os homens da fronteira: estancieiros e força de trabalho na fronteira norte uruguaia. *Anais do XIII Congresso Internacional de História Econômica*. Buenos Aires, 2002; LUCAIOLI C. P. y NACUZZI, L. R. (comps.). *Fronteras. Espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010.

³ No Brasil, o Decreto 1.354, de 6 de abril de 1854, marcava os deveres e as atribuições dos oficiais da Guarda Nacional. Ao comandante superior competia: comandar todos os corpos, companhias ou secções avulsas de distrito; inspecionar e instruir os respectivos comandantes e dar ordens necessárias para regularidade do serviço e disciplina; dirigir ao Governo na Corte ou ao Presidente da Província a correspondência sobre objetos que não possa por si resolver, bem como representações e requerimentos de quaisquer oficiais; mandar cumprir as ordens e decisões do governo que lhe forem comunicadas; conceder e cassar dispensas; impor aos oficiais as penas da lei; conhecer da justiça ou injustiça das ordens dadas; determinar a formação de conselhos de disciplina; propor ao governo as nomeações para oficiais; mandar cumprir as nomeações e patentes.

controle que eles possuíam sobre boa parte dos votantes e soldados de paróquias rurais, por exemplo, somado à capacidade de conceder favores e levar adiante o papel de mediadores entre suas comunidades e o poder central, faziam destes chefes políticos homens requisitados de maneira constante, a fim de que seus aliados lograssem vitória em eleições, por exemplo. Neste sentido, os candidatos a deputados necessitavam de seus auxílios antes, durante e depois dos sufrágios (VARGAS, 2010).

A grande importância destes atores sociais nas redes políticas oitocentistas e sua capacidade de intervir e influenciar nas eleições e decisões do Estado nos espaços de fronteira só podem ser compreendidos quando se analisa as estreitas relações que vinculavam os comandantes com os estancieiros, charqueadores, comerciantes e políticos locais, assim como com os setores populares dos povoados e das zonas rurais da província. O mecanismo por excelência, através dos quais se construía estes laços, foi o clientelismo. A qualificação ou o recrutamento era, pois, instrumento de poder político, econômico e social. As ordens do governo central, por exemplo, eram traduzidas e interpretadas ao modo do poder local, tornando-o elemento na produção de clientelas (MENDES, 2010).

Os comandantes da Guarda atuaram, portanto, privilegiando seus interesses particulares, concedendo favores a seus fiéis subordinados e perseguindo a seus inimigos pessoais e políticos. Os oficiais, em muitas ocasiões, estavam mais propensos a utilizar seu cargo em proveito próprio do que em benefício do governo imperial. Para Vargas, essa relação de cooperação entre os setores populares e a elite da guerra sustentava o poder exercido pelos homens ricos da sociedade (VARGAS, 2010). As redes de relações horizontais e verticais se tornam, pois, fundamentais para compreender a importância política e militar destes atores sociais. Todo o poder que estes homens não só possuíam, mas manejavam, sobre seu séquito, soldados e votantes, os transformava em líderes locais que, quando não aceitavam ou concordavam com as medidas do Estado, podiam alistá-los e rebelar-se.⁴

⁴ Na sessão da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, em 27 de novembro de 1858, o deputado Luís Alves de Oliveira Bello, conservador, denunciava que a Guarda Nacional não só era alvo dos mandos e desmandos dos comandantes superiores, mas também do presidente da província, a quem cabia sua organização e manutenção. Para Bello, o então presidente da província havia sido parcial e injusto na distribuição dos postos para a milícia. “Sacrificando em toda parte, com poucas e inevitáveis exceções, o partido das suas desconfianças de ontem e da sua perseguição de hoje. As nomeações pendem, na sua maior parte ou menos, porque todas seria impossível para o pessoal do partido favorecido, as reformas e as demissões são a partida do lado contrário, isto é, do partido da oposição”. Ver: PICCOLO, H. I. L. (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Volume II. Porto Alegre: ALERS, 1998, p. 153.

O bem-desempenhar no *métier* da guerra – que Tito de Sá mal conhecia naquele 1872 –, no entanto, parece-nos minimamente essencial para legitimação da distinção e do status social na hierarquia daquele mundo. Em suma, com a lógica de guerrear por ter interesses a defender, à Coroa também cabia um papel importante, assim como aos subordinados, à gente sem ocupação, aos agregados e clientes em potencial. Negociar era preciso, e aí encontra-se a chave de entendimento da construção do Estado nacional no Brasil do século XIX. Os grandes potentados locais, assim, tomavam importância para o Império, já que negociavam “para baixo” com os “de baixo” e para os lados com seus aliados, fato que os dotava de recursos extras para negociar para cima, com o fim de atender demandas locais e reforçar pactos prévios. A gente de fronteira ainda poderia ter alianças que ultrapassavam a fronteira política brasileira, aliando-se a terratenentes uruguaios e argentinos que confluíam interesses, como os laços de amizade e aliança que mantiveram os Ribeiro de Almeida do Quaraí com Frutuoso Rivera, da Banda Oriental (FARINATTI, 2010). Portanto, além de dotados de grandes porções de terras e vasto plantel de escravos, parece-nos que as relações que a guerra proporcionava também são essenciais para analisar os potentados locais que, por uma via ou outra, terminavam por serem-se como *Jano* de duas faces: ora negociando com seus subordinados, ora com a Coroa; quer em busca de interesses próprios para ampliação de sua fortuna, quer cumprindo à risca ordens emanadas do Rio de Janeiro.

Muitas vezes, podemos supor, as políticas familiares de ampliação de ramos de atuação tornavam inteligíveis estratégias de busca por notabilidade regional, a fim, porventura, de partilhar do poder provincial e mediar as relações periféricas com o centro, ligando Corte, província e paróquia (VARGAS, 2010). Em momentos belicosos, como foi quando do estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, sob a batuta do governo imperial, “se estableció una poderosa máquina de guerra, que incluso llevó a la reorientación de las actividades financieras” (IZECKSOHN, 2004, p. 116). Ou seja, a Corte e suas escolhas (que, é claro, também se deviam aos interesses das elites) em contextos belicosos interferiam em questões que tradicionalmente eram de cunho estritamente privado, como, por exemplo, as atividades da Guarda Nacional, que foi destacada para a batalha lutando, em diversos momentos, ao lado do Exército e/ou sob o comando de um Oficial de Linha.

A descentralização dos meios de coerção militar, com a criação das Guardas Nacionais em 1831, e sua posterior reforma em 1850, gerou, no Brasil, uma “forma peculiar de politización” da população. No topo dessas relações, localmente,

encontrava-se o Comandante Superior, que, por sua vez, se inseria no sistema militar que dependia do Rio Grande do Sul, já que, principalmente após a década de 1840, a condução dos assuntos militares internacionais estava nas mãos dessa província, que “se convitió en el núcleo intervencionista de la organización militar” (IZECKSOHN, 2004, p. 119-120).

A questão fundamental que emerge dessa discussão por nós levantada é relativa, neste momento, aos resquícios, aos registros e as pistas possíveis para percorrer “fios” e “rastros” de redes configuradas no Brasil meridional. Em suma, a partir de que *corpus* documental é possível perceber essas negociações, essas alianças, esses desentendimentos e, por que não, esses comportamentos tipicamente oitocentistas? De que maneira o historiador pode ter acesso aos resquícios de laços sociais pré-existentes, às possibilidades de ação dos atores sociais e, finalmente, às ligações interpessoais que conformavam o tecido social (e que, porventura, podem explicar não só processos de mudanças, mas propor novas formas de abordar a história política)?

Era 28 de janeiro de 1872 quando nosso já conhecido Coronel Miguel Tito de Sá afinava sua pena para remeter uma correspondência ao então presidente da província do Rio Grande do Sul, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Em sua missiva, avisava que se sentia “lisonjeado pela obsequiosidade” do Senador e Conselheiro, que atendeu com urgência seu pedido, com sua doura apreciação, alterando as ordens de destacar guardas nacionais em 17 de janeiro. O coronel ainda lembrava que o estado de desorganização da milícia era latente e que, caso a mudança anteriormente solicitada não fosse realizada, dificuldades quase insuperáveis conduziram sua atuação.

Destacando os serviços de Figueira de Mello, segue a correspondência, especialmente em prol da causa pública, da reorganização da Guarda Nacional e em favor “desta briosa província”, avisa que “por que os dias que passam sejam [sic] calamitosos”, Figueira de Mello deveria agir com constância, firmeza e “resignação em suportar as injustiças, [estas] que são hoje a arma preferível dos adversários políticos”. Por fim, o coronel-empresário reitera: “não me impele só a coerência política, nem só a profunda veneração a que V. Exa. tem jaz, por suas luzes, serviços e elevada posição social. Há nesta minha dedicação, o pronunciamento também de uma estima muito respeitosa e sincera”.

A carta, cujos assuntos são reflexos da administração da província e da milícia, e da subordinação da segunda à primeira, seguiu com um pequeno bilhete: “Miguel Tito

de Sá pede licença e desculpa ao Sr. Senador Figueira de Mello para lhe oferecer uns melões e camarões, que espera serão apreciados, visto não os haver nessa capital”.⁵

Essa carta foi encontrada na coleção de manuscritos da Biblioteca Nacional, quando buscamos pelos documentos lá resguardados que pudessem compor nosso banco de dados com intuito prosopográfico, referentes a Tito de Sá e seus 41 colegas de comandância que estiveram à frente dos Comandos Superiores de Guardas Nacionais da província do Rio Grande entre 1850 e 1874.

Outras muitas foram encontradas, provenientes de diversos setores da burocracia imperial falando desses pares de elite local, citando-os. Ou quando eles próprios eram os interlocutores, como ocorreu com as cartas de David Canabarro e Gomes Portinho, por exemplo. Ou com as de José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo, e patrono informal da cavalaria do Exército Brasileiro. No entanto, o fato que realmente nos surpreendeu deriva da coleção de manuscritos que leva o nome de José Martiniano Figueira de Mello, senador e conselheiro do Império. No total, sabemos que há ali mais de quatrocentas missivas referentes à vida política, pública e particular de Figueira de Mello. Foram trocadas, outrossim, pelo menos, 32 cartas, das quais tivemos acesso, entre ele e o comandante superior de Rio Grande e São José do Norte, Miguel Tito de Sá.

Há pistas de que a relação entre os dois fora construída na província, enquanto Figueira de Mello presidiu-a e Tito de Sá era seu subordinado, comandante de milícia que foi. Nomeado em 27 de setembro de 1871 e exercendo sua posição a partir de 20 de outubro daquele ano, o advogado foi exonerado em 20 de junho de 1872. As correspondências entre os dois, contudo, mantêm frequência até agosto de 1873. Lembramos aqui, ainda, de que nenhuma outra carta, correspondência, bilhete e lembrete pessoal, particular ou confidencial foi encontrado entre o então presidente da província e quaisquer outros comandantes superiores. Tito de Sá, assim, reluz como *first-order star*, se adotarmos a concepção de Fredrik Barth, para esta análise.⁶

As correspondências de políticos brasileiros já foram destaque em diversas produções historiográficas. Destacamos aqui, outrossim, aquelas que mais nos influenciaram para criar uma análise factível que demonstre possibilidades e limites documentais: “Rui Barbosa e a Razão Clientelista”, de José Murilo de Carvalho (2000)

⁵ Biblioteca Nacional (doravante BN). Manuscritos. Coleção Figueira de Mello. I-29,29,64.

⁶ Ponto fundamental para onde convergem relações distintas que o historiador (e o antropólogo) tem a capacidade de desembaralhá-las e organizá-las de maneira cognoscível (BARTH, 1978, p. 166).

e Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX, de Richard Graham (1997). Ainda atentamos para as questões relativas às redes e a construção de um perfil prosopográfico dos comandantes, objetivo de nossa tese de doutoramento; para tanto, destacamos o trabalho de Michel Bertrand (2003) e Andrea Reguera (2010).

Se pensarmos as cartas e correspondências como documentos que se referem à escrita do íntimo, que envolvem confiança e segredo, como são as “cartas confidenciais de Figueira de Mello”, não devemos deixar de lado a individualidade de seu autor (BÉLY, 2003). O que queremos fazer transparecer aqui, outrossim, são as revelações de *ligações interpessoais*. Ou seja, além de um diálogo com ele mesmo, do qual se refere Lucien Bély, é preciso destacar que escrever uma carta a alguém é registrar textualmente uma relação, seja ela de subordinação, de camaradagem ou de amizade. Ademais, o mundo da comunicação à distância traz aos olhos do historiador revelações de redes circunstanciais, duradouras ou não. A abundância de documentos pessoais, como o são as cartas, é explicada pela engrenagem da correspondência, pela necessidade de informações e, sobretudo, pelos círculos e redes relacionais pelas quais transitavam atores sociais cujas atitudes revelam costumes oitocentistas, revalorizando, portanto, a multiplicidade de experiências pessoais e coletivas (e a necessidade de compreender comportamentos individuais em relações a contextos de mudança).

As correspondências, fonte de primeira ordem para a análise de processos históricos, com sua escrita pensada, elaborada e testemunhal, tornam-se, assim, de crucial importância para compor o tecido social e fazer revelar relações menos legitimadas que o compadrio, por exemplo, mas nem por isso menos densas ou importantes. É o que aconselha Zacharias Moutoukias, afirmando que não se pode perder “el hilo de construcción de un vínculo, e la multiplicidad de significados que éste ha ido adquiriendo en diferentes contextos o para distintas personas” (MOUTOUKIAS, 2000). Não superestimar laços mais formais, portanto, e dar vez para resquícios de cotidianidade.

Reconstituir mundos relacionais, eis a importância das correspondências para as análises micro-históricas (que também são influenciadas pela prosopografia). Ou seja, analisar o entremeado social com base nas “trocas” entre atores de diferentes estratos (e status) sociais. Articular os níveis, assim, é fundamental. E as cartas trocadas entre autoridades, mesmo que umas subordinadas às outras, que, muitas vezes, ainda continham muitos resquícios de amizades e relações de cunho privado, nos parecem

essenciais para este trabalho, especialmente no tocante às questões relativas ao clientelismo (GRAHAM, 1997) e à patronagem (CARVALHO, 2000).

Mas o que as cartas entre Tito de Sá e Figueira de Mello tem a nos revelar? Por enquanto, pouco. Contudo, são essenciais para ajudar-nos a refletir acerca do *corpus* documental prosopográfico e, sobretudo, acerca da constituição do espaço político provincial, donde esses comandantes superiores eram parte da elite. Esse espaço administrativo-regional da política (e da milícia) rio-grandense pode auxiliar nas reflexões sobre o quão importante era essa elite, ou, melhor dizendo, qual a justificativa essencial para estudá-la, de modo a entender o Brasil no tempo de Pedro II.

Comandantes da Guarda Nacional, senhores de fronteira e sabedores dos sentimentos do Prata, eram fontes de informação da presidência da província. Postos, fortalezas e acampamentos formavam uma extensa rede de comunicação espacial entre a fronteira sul (com o Uruguai), oeste (com a Argentina), o centro da província e a capital, situada no extremo leste. Para além, é claro, da circulação de informações, está a troca e o intercâmbio de produtos e o assentamento de homens.

Imagem 1 – Comandos Superiores de Guardas Nacionais (1866-1873)



Tito de Sá (Cavaleiro da Ordem da Rosa) comandava Rio Grande e São José do Norte (extremo sudeste, em verde), um comando de longas extensões longitudinais. Sua comandância iniciara após a Guerra do Paraguai. Diversos seus antecessores – João Rodrigues Ribas (que foi Deputado Provincial e faleceu em 1857, oficial da Ordem da Rosa), Tomás José de Campos (Oficial e Comendador da Ordem da Rosa), Francisco de Paula Macedo Rangel (Oficial da Ordem da Rosa, com Hábito e Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz), José Luis de Mesquita (com Hábito da Ordem de Cristo) – e alguns interinos configuram Rio Grande e São José do Norte como um dos comandos

que teve mais mudanças em seu cargo máximo (Porto Alegre, por exemplo, teve apenas três comandantes de 1850 a 1873).

Criados em 1850, com a lei 602, já aqui citada, os Comandos Superiores do Rio Grande do Sul só foram efetiva e minimamente organizados em 1857 (FERTIG, 2010). Sua atuação (cuja autonomia municipal era constantemente restringida pela presidência da província) era essencial para a conquista de homens para a batalha. Diferentemente do resto do Brasil, na província fronteira do Rio Grande do Sul guardas nacionais qualificados na ativa eram quase que imediatamente transferidos aos campos de batalha, com o soar do clarim à guerra.

Em tempos de consolidação do poder central (MATTOS, 1987, p. 138), à Coroa cabia lidar com fissuras e divergências no interior da classe senhorial, com o fim de propiciar unificação e homogeneização dos representantes políticos da última, habilitando-os para dirigir e dominar. Quando os conservadores estavam voltados às noções de ordem e de organização, a Corte promoveu a reforma da Guarda Nacional, com a finalidade de hierarquizar a sociedade por meio de sua milícia que, por sua vez, militarizava a sociedade. Ou seja, parece-nos que a Guarda reforçava a diferenciação entre o que Mattos denomina de “mundos” da sociedade imperial: dando ênfase no papel organizativo de uma instituição que claramente era considerada “elevada” – comumente chamada de *briosa* –, ela hierarquizava cidadãos entre os que poderiam e os que não poderiam ser guardas nacionais.

Ou seja, a Guarda Nacional se constituía em um dos “mecanismos privilegiados” que “unia por meio de uma cadeia de hierarquias o oficial de mais baixa patente e localizado no mais distante ponto do Império ao presidente da Província e ao ministro da Justiça, como [servia] também [para] difundir regras e concepções que propiciavam uma centralização” (MATTOS, 1987, p. 188).

Mesmo propiciando certo nível de centralização, ainda adicionamos que os agentes do poder central atuavam com ambiguidade, por vezes dando mais atenção ao “governo da Casa” do que ao “governo do Estado”, conferindo um caráter patrimonial, impedindo a separação entre os patrimônios público e privado desses agentes, e determinando a forma de recrutamento, distante de critérios relativos à competência e muito mais próxima das questões relativas às redes de parentesco, de amizade e de solidariedade.

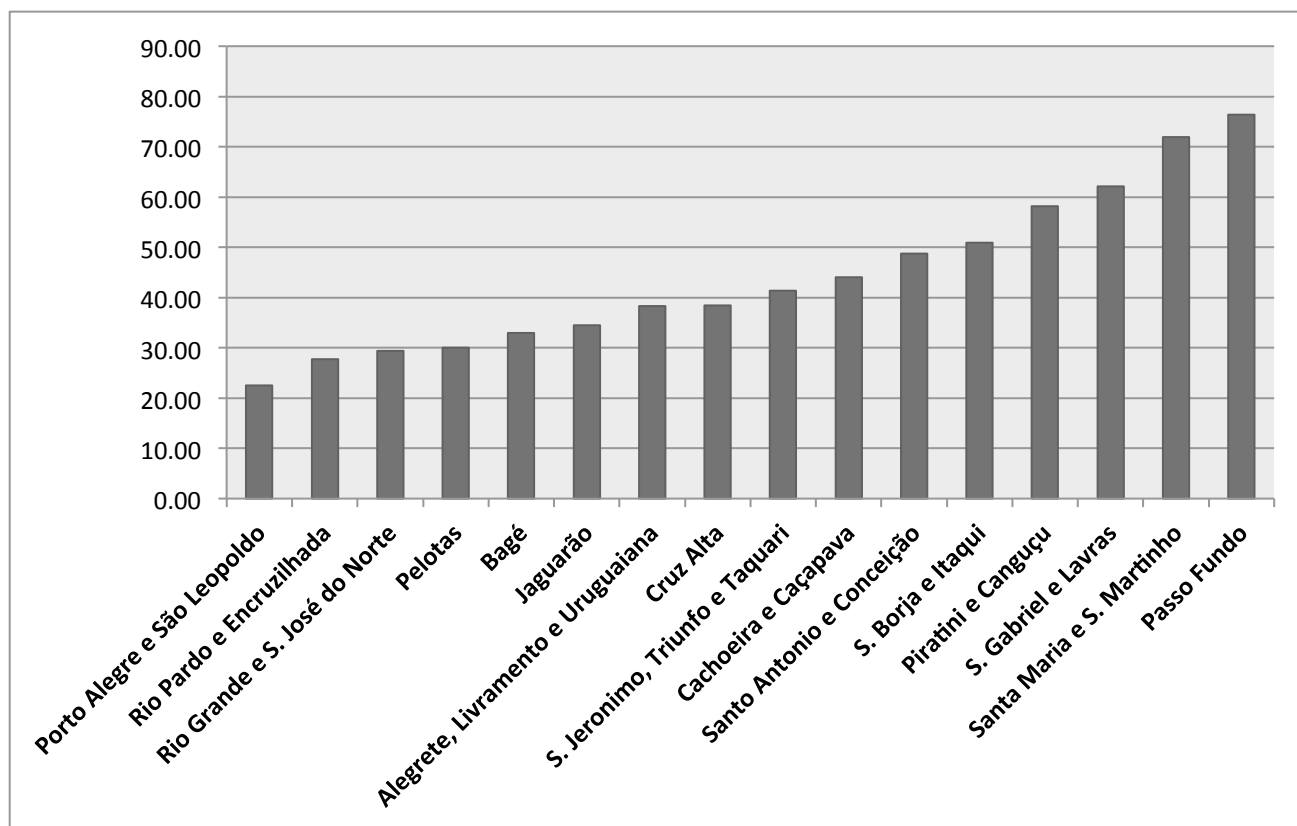
O crescimento da margem de manobra dos presidentes de província, ao delegar a lei a eles a capacidade de nomear diretamente os oficiais dos corpos, responder a

conselhos de revista e nomear provisoriamente comandantes superiores, fez com que eles tivessem a possibilidade de exercer estreito poder sobre a milícia. Fertig (2010) e Saldanha constataram que os presidentes criticavam duramente a utilização de seus postos e da própria instituição como instrumento de mando local, especialmente no que tange as práticas político-eleitorais.

Parece-nos que, inseridos no âmbito de uma cultura política clientelista, que, deixemos claro, favorecia não só o patrão, mas por vezes o cliente em potencial, os presidentes da província, como Figueira de Mello, diante de sua alta rotatividade no posto, viam-se imersos em redes de poder já muito antes consolidadas e, assim, tentavam manejar por laços sociais preexistentes, criticando ferrenhamente a Guarda Nacional e seus oficiais ou atuando ao lado deles, como no caso de Miguel Tito de Sá e seu “mui honrado amigo”.

A extensão territorial, os elevados níveis de migração e o notável índice de estrangeiros que lá moravam, faziam com que o comando de Miguel Tito de Sá ficasse entre os últimos em efetividade de alcance da qualificação para Guarda Nacional. Enquanto em São Gabriel, Santa Maria e Passo Fundo mais de 60% dos homens livres de 18 a 65 anos estava qualificado, em Rio Grande esse número alcançava apenas 29,4% (o terceiro último, na frente apenas de Porto Alegre e Rio Pardo, conforme gráfico abaixo).

Gráfico 1 – Densidade da qualificação de Guardas Nacionais entre os homens livres (18 a 65 anos)



Fonte: Censo de 1872 (CODEN-UFPel) e Relatórios dos Presidentes de Província (CRL. 1866-1873)

Mas o que as cartas trocadas entre Tito de Sá e Figueira de Mello podem nos ajudar para compreender esse contexto? Em primeiro lugar, não nos deixar guiar tanto pelos números, não perder a noção de indivíduo e grupo, e, sobretudo, revelar experiências e comportamentos que, aliados aos números aqui apresentados, podem nos revelar hierarquias tipicamente oitocentistas, disputas locais e manutenção/busca por legitimidade social.

A Guarda Nacional de Rio Grande e São José do Norte de maneira nenhuma atingia grande parcela populacional daquela localidade. Era um comando intermediário, que em 1866 contava com 1997 guardas qualificados, menos da metade de Porto Alegre, Alegrete e Santo Antonio, mas muito semelhante a tradicional e belicosa Rio Pardo e a fronteira Bagé.

Ou seja, o que queremos afirmar aqui, é que a maquinaria administrativa funcionava de maneira muito diversa na província, ainda mais se refletirmos acerca da

concomitância dos comandos da Guarda e do Exército em cidades de fronteira (o que será realizado em próximo trabalho). Miguel Tito de Sá, dessa maneira, é um expoente para o período pós-guerra do Paraguai. Único a se corresponder com o presidente da província entre 1871 e 1873 por vias pessoais (é preciso lembrar que os registros burocráticos estão resguardados no Arquivo Histórico do RS), era um homem que tinha na ponta da pena grande habilidade.

A comunicação direta entre eles revela-nos as preocupações mútuas. Das 32 missivas, 20 delas tratavam do funcionamento da Guarda Nacional (62,5%), solicitando pagamento de soldos, envio de uniformes, revogações de destacamentos, mudanças de localidades, etc. Em frente do braço armado que sustentava o trono imperial, parece-nos óbvio o principal assunto do qual se ocupava Tito de Sá. Ainda contamos com, nas mesmas cartas, pedidos de nomeações diversas (por exemplo: “não a pretexto de indenização, que a minha espontaneidade rejeita, porém, animado pela retidão e justiça, eu aproveito o ensejo para confiar ao valioso patrocínio de V. Exa., a proposta do Sr. Capitão Abel Gomes da Costa e Silva, para o posto de Ten. Cel. Comte. do 2o B. de Infantaria da Guarda Nacional desta Cidade” [BN I-29,29,074]).

Lembramo-nos aqui das categorias formuladas por Carvalho (e influenciadas por DaMatta [1987]) em *Rui Barbosa e a Razão Clientelista* (2000). Estudando os favores governamentais, o patronato e o filhotismo, Carvalho acaba por caracterizar as cartas recebidas por Rui Barbosa, em busca da “dimensão sociológica e cultural do clientelismo” e de um “teste de profundidade do fenômeno clientelista”, que provém do que ele denomina como “política miúda”, aquela que partia debaixo e chegava acima. É claro que a maioria das missivas recebidas por Barbosa se tratavam, na verdade, de pedidos de favores. Ao perceber a presença de tratamentos e despedidas mais formais (da “rua”, conforme DaMatta) ou mais domésticos e afetivos (da “casa”, para o referido sociólogo), Carvalho conclui que havia, na transição do Império para a República, uma “dificuldade de lidar com o título [que] não era apenas de Rui, mas também de seus correspondentes”. Ou seja, “misturavam-se adjetivos hierárquicos e domésticos com substantivos igualitários e de ‘rua’, e vice-versa” (CARVALHO, 2000).

O mesmo fenômeno, da confusão de títulos da “casa” e da “rua”, ocorria com Tito de Sá. Apesar de chamar Figueira de Mello de “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senador e Conselheiro Presidente da Província” em ampla maioria das missivas (30 de 32), acaba por despedir-se como “amigo e respeitador”, “amigo e criado”, “amigo atencioso”, “admirador sincero” e “patrício” em 21 das 32 cartas (65,6%). Em algumas

ele ainda trata de aspectos do âmbito privado, como quando informa que “sinto-me realmente adoentado” (BN I-29,29,63) e “envio um balaio de camarões, como lembrança de minha amizade” (que conta ainda com uma anotação à lápis de Figueira de Mello: “Agradei-lhe em 17 deste mês”, BN I-29,29,66).

Há, por fim, a confirmação da intercessão do Senador e Conselheiro para que Miguel Tito de Sá recebesse a honra de Oficial da Ordem da Rosa, pelos serviços que havia prestado ao país (que não incluíam nada acerca de guerra, mas por parte de seus trabalhos como empresário têxtil e fundador de um Asilo em Rio Grande), em carta de 15 de abril de 1872 e respondida dois dias depois, há notas de agradecimento (BN I-29,29,75).

A título de conclusões parciais, podemos inferir que as correspondências que acessamos, cujo conteúdo se assemelha a outras muitas contemporâneas – o que poderia causar qualquer tipo de sentimento de trabalho em vão –, respondem a uma demanda de pesquisa solicitada fortemente.

Trabalhos prosopográficos como o que nos propomos não podem deixar de lado as dimensões relacionais que superam os pares. Ou seja, não só buscamos por relações entre os atores que exerciam a comandância, mas, e sobretudo, sua ação que dialoga com “os de cima”, como os presidentes de província, superiores imediatos, ou ministros da justiça, e “os de baixo”, como seus subordinados, as gentes sem ocupação, os pequenos comerciantes locais, negociantes de destaque, empresários da cidade ou pequenos proprietários.

Além de repensar essas redes de relações, multiplicando o número de vínculos, adentramos a cotidianidade desses vínculos pessoais, como os que travavam entre si Figueira de Mello e Tito de Sá, que além de serem chefe e subordinado, eram companheiros de partido e tinham alguns interesses políticos em comum.

É preciso, no entanto, que a análise que pretendemos não se limite apenas ao *corpus* documental aqui destacado. Outrossim, não pode prescindir dele. A multiplicação de fontes para a composição de um banco de dados relacional em ambiente FileMaker for MacOSX é absolutamente fundamental. Estamos cientes também que é necessário o cotejamento de informações, haja vista que supervalorizar tipos de ligações pode criar a falsa impressão de próximas e densas ligações, enquanto tratar um interlocutor como *estimado amigo* ou *venerado patrício* foi algo comum em busca de troca de favores, camaradagem ou filhotagem (CARVALHO, 2000).

Localizar tais missivas traz à luz de nossa pesquisa a circulação de informações entre comandantes, inferiores e superiores. Demonstra o capital relacional e o capital informativo de homens de fronteira ou de centros urbanos pequenos, como foi o caso das informações que o Comandante de Quaraí e Livramento, David Canabarro, enviou em 27 de junho de 1865 para João Marcelino de Souza Gonzaga, “mostrando conhecimento dos acontecidos e *apurados sentimentos no tocante ao combate de fronteira*” (BN 34,03,006,005).

Em suma, as correspondências revelam as relações interpessoais como espaço de interações que, por sua vez, articulam o poder, a cooperação e o conflito. Na realidade, são registros documentais acessíveis pelo historiador em busca da completude comportamental de atores sociais. Ou seja, não devemos considerá-las, tanto as correspondências quanto as relações, isoladamente, como *links* para normas que definem um conjunto estável de práticas e expectativas recíprocas (DEDIEU; MOUTOUKIAS, 2002, p. 9).

Essa tendência se aproxima da prosopografia clássica, somando à ela a importância de atores sociais às suas trajetórias de vida e das instituições às quais faziam parte. A aproximação das instituições, no nosso caso a Guarda Nacional do Império do Brasil, é indispensável para este método de história “relacional”, pois são de onde partem as relações que analisamos. Apesar de empresários, charqueadores, donos de grandes parcelas de terras e de planteis de escravos, esses homens assinavam como Marechais, Generais e Coronéis e assim deviam (e gostariam de) ser chamados. Reveladas serão solidariedades e disputas, que auxiliam a análise de comportamentos que chegam à Casa, como a engenharia parental e a transmissão de bens hereditariamente.

O estudo dessas elites (e seus documentos, entre eles as correspondências, as cartas, as missivas) não revelam somente suas ações sociais, mas os *limites* delas. O enfoque em estratégias, carreiras, atividades ou trajetórias (que não só está ancorado sob a égide prosopográfica, mas sobre a análise de redes sociais), faz com que não corramos (tanto) o risco de relegar papéis inferiores às pessoas simples, sem estrutura ou enraizamento social global. Integraremos microcosmo e macrocosmo, portanto. Cada relação particular ou com características próprias (reveladas por correspondências, por

exemplo) ganha importância, assim, graças à organização individual de modos de operação e ação específica em determinado contexto (BEUNZA, 2002, p. 36).⁷

Finalmente, o que quisemos trazer à luz foi que os documentos como os consultados são essenciais para se analisar, em nosso caso, amizade (confiança, reciprocidade, aliança, troca de serviços), associação política, ligações patrão-cliente (clientelismo/patronagem, dependência, obrigação) e, por fim, a pluralidade de corpos sociais e poderes característicos do oitocentos brasileiro.

⁷ Parece-nos interessante tratarmos, futuramente, de parte dessa *elite da guerra* como força de intermediação entre província e Corte. Vejamos, por exemplo, o caso de Tito de Sá: fazia parte do que se considerava a elite guerreira sul-rio-grandense, mas, ao contrário de David Canabarro e outros, como Gomes Portinho, pouca instrução de estratégia bélica possuía. O interesse para este tema pode responder às questões relativas as visões exclusivamente formais das instituições. Assim, seguimos as análises de Windler, que sugerem que: “Les intermédiaires, ou *brokers* [...], établissent des contacts avec des personnes qui contrôlent elles-mêmes les ressources recherchées, ou qui au moins peuvent établir d’autres contacts. Ils se chargent en particulier de l’établissement et du contrôle des *points de contact entre les systèmes locaux et d’autres de niveau supérieur*” (WINDLER, 2002, p. 149-150. O grifo é nosso).

Fontes

Center for Research Libraries (CRL). Relatórios dos presidentes de província – Rio Grande do Sul.

Biblioteca Nacional (BN). Seção de Manuscritos. Coleção Figueira de Mello.

Departamento de Economia. Universidade Federal de Pelotas (DECON-UFPel). Censo de 1872.

Referências Bibliográficas

Fredrik Barth (1978). “Scale and Network urban western society”. In: BARTH, F. (org.). *Scale and social organization*. Oslo: Universitetsforlaget.

Lucien Bély (2003). “Préface”. In: Pierre Beaurepaire; Dominique Taurisson. (orgs.). *Les ego-documents à l’heure de l’étronique*. Nouvelles approches des espaces et réseaux relationnels. Université Montpellier III, 2003, pp. 9-12.

Michel Bertrand (2003). “Entre Espagne et Amérique: un outil au service de l’étude des liens interpersonnels”. In: Pierre Beaurepaire; Dominique Taurisson (orgs.). *Les ego-documents à l’heure de l’étronique*. Nouvelles approches des espaces et réseaux relationnels. Université Montpellier III, 2003, pp. 435-446.

Jose Maria Imizcoz Beunza (1998) “Communauté, réseau social, elites. L’armature social de l’Ancien Régime”. In: Jean Louis Castellano; Jean-Pierre Dedieu. *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, pp. 31-66.

José Murilo de Carvalho (2000). Rui Barbosa e a Razão Clientelista. *Dados*, vol. 43, n. 1, Rio de Janeiro.

Jean-Pierre Dedieu; Zacharias Moutoukias (1998). “Introduction. Approche de la théorie des réseaux sociaux”. In: Jean Louis Castellano; Jean-Pierre Dedieu. *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, pp. 7-30.

Francisco Doratioto (2002). *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Gabriela Nunes Ferreira (2006). *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec.

André Atila Fertig (2010). *Clientelismo político em tempos belicosos. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil*. Santa Maria: EdUFSM.

- Richard Graham (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- Luis Augusto Ebling Farinatti (2010). *Confins meridionais*. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: EdUFSM.
- Vitor Izecksohn (2004). “La guardia nacional y la expansión del reclutamiento militar en Brasil durante la Guerra de la Triple Alianza”. In: Waldi Ansaldi. (coord.). *Calidoscopio latinoamericano*. Imágenes históricas para un debate vigente. Buenos Aires: Ariel Historia.
- Carina Lucaioli y Lidia Nacuzzi (2010). *Fronteras. Espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología.
- Ilmar Rohloff de Mattos (1987). *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec.
- Fabio Faria Mendes (2010). *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum Editora.
- Eduardo Míguez (2010). “La frontera sur de Buenos Aires y la consolidación del Estado Liberal, 1852- 1880”. In: Beatriz Bragoni; Eduardo Míguez (orgs.). *Un nuevo orden político*. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880. Buenos Aires: Biblos.
- Zacharias Moutoukias (2000). “Família patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social”. *Anuario del IEHS*, n. 15, Tandil.
- Helga Iracema Landgraf Piccolo (org.) (1998). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Volume II. Porto Alegre: ALERS, 1998.
- Genivaldo Gonçalves Pinto (2006). A província na Guerra do Paraguai. In: PICCOLO, H. I. L.; PADOIN, M. M. (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. II, Império. Porto Alegre: Méritos.
- Andrea Reguera (2010). “Construcción y funcionamiento de una red de poder egocentrada. La correspondencia de Juan Manuel de Rosas con los jueces de paz de la campaña bonaerense (1829-1852)”. *Mundo Agrario*, v. 11, n. 21, Universidad de La Plata, Argentina.
- Carlos Guilherme Rheingantz.; Joaquim Felizardo (1953). *João Rodrigues da Silva e sua descendência*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany.
- Maria Lucia de Souza Rangel Ricci.; Lilia Inez Zanotti Medrano (1990). “El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil sureño con el Estado Oriental del Uruguay: 1850-1880”. In: *Anales del VII Encuentro Nacional y V Regional de Historia*. Montevideo.

Susana Bleil de Souza (2002). “Os homens da fronteira: estancieiros e força de trabalho na fronteira norte uruguaia”. *Anais do XIII Congresso Internacional de História Econômica*. Buenos Aires.

Fernando Uricoechea (1978). *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL.

Jonas Moreira Vargas (2010). *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: EdUFSM.

Christian Wingler (1998). “Gérer des réseaux de relations: intermédiaires “indépendants” et agentes de la noblesse seigneuriale”. In: Jean Louis Castellano; Jean-Pierre Dedieu. *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 1998, pp. 147-168.